

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 17 • 2009



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
2009

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Bristol, Reino Unido)
- Professor Doutor Jean Guilaine (Collège de France, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Jorge de Alarcão (Universidade de Coimbra)

## **ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS**

**Volume 17 • 2009**

**ISSN: 0872-6086**

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso  
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta  
*On prie l'échange*  
*Exchange wanted*  
*Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

**VOLUME COMEMORATIVO DO  
XX ANIVERSÁRIO**

**do**

**Centro de Estudos Arqueológicos  
do Concelho de Oeiras**

**(Câmara Municipal de Oeiras)**

**1988 - 2008**

Editor Científico:  
João Luís Cardoso

**CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS**

**2009**

## O MEGALITISMO NO DISCURSO ARQUEOLÓGICO PORTUGUÊS ENTRE O LIBERALISMO E O ESTADO NOVO: UMA PRIMEIRA E SUMÁRIA ABORDAGEM

Ana Cristina Martins\*

“A ideia de pequenas colonizações nas embocaduras do Tejo e Sado portadoras de megálitos orientais depois barbarizados pelos indígenas, tanto do agrado dos arqueólogos ingleses e tão precipitadamente aceite por muitos pré-historiadores hispânicos, não encontra nenhuma base segura em que se possa firmar e antes é contraditada pelos factos”  
(HELENO, 1962, p. 311)

### 1. PALAVRAS INICIAIS

Durante séculos, atribuiu-se a construção de estruturas funerárias megalíticas a fenómenos sobrenaturais ou a propósitos mais prosaicos, destinados a ocultar tesouros e outros bens, abrigar pastores, ao mesmo tempo que eram parcialmente cristianizados e os menires serviam para dividir propriedades. Entretanto, no século XVIII foram reinterpretadas como hipotéticos centros de observação astronómica e sepulcros, neste caso associadas, de algum modo, a práticas druídicas, avançando-se, em simultâneo, com a sua eventual funcionalidade militar, assim como a potencialidade de terem sido erguidas por fenícios aportados do Mediterrâneo oriental (HILL, 1996, p. 31, 34). Para lá das inúmeras ponderações, a verdade é que estas estruturas mereceram, desde o primeiro momento, a curiosidade de muitos e o registo gráfico por parte de alguns mais sensíveis ao assunto e portadores dos dotes necessários a esse efeito. Uma convicção que transitou para a centúria seguinte, num momento em que eram avaliadas como fracção de um ritual mais complexo de práticas sacrificiais.

Embora autores, como o antiquário inglês John Aubrey (1626-1697), tenham desbravado a abordagem de pendor mais científico acerca destes sítios arqueológicos, competindo-lhe redigir a primeira comunicação de conteúdo arqueológico apresentada à *Royal Society* (1663) (HILL, 1996, p. 34), a verdade é que a expansão, por assim dizer, da “megalitomania”, deveu-se, no entanto, e em primeiro lugar, ao antiquário inglês William Stukeley (1687-1765), a partir de quem os estudos sobre *Stonehenge* se alteraram para sempre, escavando-o estratigraficamente (HILL, 1996, p. 42) e transpondo a sua temática para o domínio público, sendo filiado diligente da “Sociedade dos Cavaleiros Romanos”, a única a acolher, ao tempo, elementos femininos na sua organização. W. Stukeley foi também responsável por um autêntico revivalismo sustentado, neste caso, em monumentos prévios ao período clássico, transformando-os, assim como à actividade druídica – considerada de estirpe fenícia –, em ícones da nacionalida-

---

\* Investigadora Auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, no âmbito do programa *Compromisso com a Ciência*. Professora Auxiliar Convidada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. E-mail: ana.martins@iict.pt

de inglesa, formalizando a tradição barda (assim como a de observatório astronómico), logo apartada de uma Europa uniformizada pelo legado romano, num momento favorável à sua perscrutação, quando os acontecimentos sociais e políticos suscitados por fervores religiosos reforçaram a procura das denominadas “antiguidades nacionais”. Tal movimento ganharia ganharia novo fôlego em terras britânicas com o “Bloqueio Continental” napoleónico que lhe seria imposto, motivando uma espécie de introspecção quanto à História nacional, buscando nos seus recantos as valências artísticas e arqueológicas a vislumbrar.

Apesar de fortemente enraizada com o tempo e o empenho de figuras gradas da cultura de *Albion*, como o romanceiro histórico, Walter Scott (1771-1832), bardo incontestável das tradições existentes e de costumes (re) criados, havia quem se opusesse à aceção de estruturas edificadas como se de templos druídicos se tratassem, a exemplo de Inigo Jones (1573-1652), considerado o primeiro grande arquitecto britânico. Com efeito, I. Jones não reconhecia aos antigos bretões e respectivos druidas as capacidades necessárias para levantar estruturas desta complexidade e monumentalidade, apenas passíveis, no seu entender, de serem projectadas por quem detivesse conhecimentos específicos sobre as regras vitruvianas. Uma posição que não impediu estetas românticos de transformar conhecidos exemplares funerários megalíticos identificados em solo britânico em elementos centrais das suas obras pictóricas, representando, assim, uma particularidade paisagística que se pretendia também ela cultural e identitária, movendo nomeados nomes das Artes e das Letras britânicas em seu torno, produzindo obras fundamentais do imaginário e da estética europeia de oitocentos.

Na verdade, esta aceção não foi exclusiva destas esferas bretãs. Pelo contrário, registaram-se manifestações congêneres noutros recantos europeus, mormente naqueles que, em determinados contextos políticos, buscavam nos monumentos megalíticos vestígios materiais da sua ancestralidade, bem como a legitimidade para os seus diferentes ideários. Não assombra, por isso, que, na Suécia, por exemplo, fossem longamente analisados enquanto túmulos godos, seus gloriosos antepassados, como se entenderia à época. Uma ideia, ademais, rapidamente acolhida pelo rei Gustav II (1594-1632), lançando-lhe mão para fundamentar a sua proposta imperial, enquanto impunha aos académicos a demanda, no terreno, de evidências dessa mesma pressuposição, acabando, em boa verdade, por motivar o aprofundamento do estudo do passado mais remoto do país. Entretanto, e ainda na esfera escandinava, que permanecera mais distanciada dos trilhos romanos, o rei Christian IV (1577-1648), da Dinamarca e da Noruega, reclamava para o seu território esse mesmo passado a notabilizar, competindo, nesse sentido, com o médico dinamarquês Ole Worm (1588-1655), possuidor de um dos mais reputados, ao tempo, “gabinetes de curiosidades”, na identificação de monumentos destinados a ilustrar essa presumida grandeza.

Estes são apenas dois exemplos do aproveitamento de estruturas megalíticas com finalidades políticas bem definidas, contornando o caso da Irlanda, onde foram hasteados na sua cruzada contra o domínio inglês. Ou, até mesmo, na Bretanha, como forma de acentuar o ascendente das suas tradições culturais relativamente ao demais território francês, como modo, de sublinhar a sua maior proximidade a realidades que não são, propriamente, francesas, como a inglesa.

## 2. CENÁRIOS PORTUGUESES

Quanto a Portugal, o apreço por composições desta natureza era há muito acalentado, ainda que não fossem entendidas na sua verdadeira essência, mormente por ausência da noção de pré-historicidade, apenas elaborada quando os meados de oitocentos lavraram o seu reconhecimento oficial impresso por basta fracção da comunidade científica europeia. A curiosidade adensou-se, a partir daí, entre intelectuais internos, sobretudo no seguimento da criação da Academia Real da História (1720), por iniciativa de D. João V (1689-1750), a quem coube também atribuir-lhe o cumprimento do decreto real de 1721, destinado, na íntegra, a promover o estudo sistemático do

passado do actual território nacional, resgatando, para o efeito, testemunhos pretéritos, desde os tempos fenícios, os mais longínquos então concebidos. Rasgatava-se, deste modo, uma oportunidade para quem se deslumbrava com a arquitectura e as variáveis interpretativas dos monumentos megalíticos.

Dava-se início a uma das primeiras experiências no domínio do arrolamento temático e tipológico, atribuindo-se ao P.<sup>e</sup> Afonso da Madre de Deus Guerreiro a relação de 315 antas, apresentada, a 1 de Abril de 1734, em sessão da Academia Real da História, ainda que não tivesse sido impressa. Antes (30 de Julho de 1733), porém, deste ensaio oral, o pensador e pedagogo Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), apresentara, à mesma instituição, uma primeira abordagem à temática megalítica, publicada no tomo XIV das *Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, interpretando os exemplares conhecidos como anteriores à Idade do Ferro, sim, mas enquanto altares sacrificiais, uma posição em tudo consentânea ao afirmado pelos seus pares europeus. Posição que seria, não obstante, mantida por destacadas figuras da cultura portuguesa de oitocentos, embora o geólogo e lente universitário Francisco António Pereira da Costa (1809-1889) a contraditasse, afirmando, mesmo, que,

“Ainda que os Dolmens se achem quasi sempre devastados e que aquelles, que são intactos, contenham geralmente poucos objectos, tem-se verificado por provas directas, e pode-se por conseguinte ter por certo que são *monumentos funerários*; mas tudo mais que se tem dito a respeito de outros destinos, é puramente conjectural” (COSTA, 1868, p. 46. Nossos itálicos).

Neste entretanto, afinavam-se métodos de escavação, em grande parte graças ao desempenho, nesta matéria, do militar inglês Augustus Henry Pitt-Rivers (1827-1900), enquanto a Exposição Universal de Paris, de 1900, introduzia, em definitivo, a temática megalítica no quotidiano das gentes mais avisadas, designadamente por intermédio de conjuntos de postais editados especialmente para o efeito. A intelectualidade nacional dificilmente permaneceria indiferente a estes novos exercícios e linhas de pensamento vertidas amiúde em proficuas actividades arqueológicas. Disso nos testemunham as iniciativas de nomes consagrados da nossa cultura finissecular de oitocentos, como Gabriel Pereira (1847-1911), responsável, entre outros aspectos enquadráveis na denominada política patrimonial, por uma abordagem mais atenta da multiplicidade de monumentos megalíticos da região de Évora e de Montemor-o-Novo, identificando, analisando e publicando alguns deles e colocando, em definitivo, o tema na agenda arqueológica dos círculos intelectuais do país.

Embora a especificidade da política interna portuguesa nunca tivesse justificado, propriamente, um investimento mais concertado do estudo megalítico, a *intelligentia* nacional não poderia ignorar – ou minorar – um assunto centralizador de parte eloquente da investigação arqueológica europeia revestida, agora, de outras valências e recursos essenciais à sua afirmação na esfera científica e social. Com efeito, e a par dos esforços exercidos nesse domínio por figuras mais destacadas da “Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses”, fundada em 1863, F. A. Pereira da Costa encetara, ainda em meados dos anos 60, uma *digressão*, como a designava, conduzindo escavações nalguns megálitos. Extraiu, para tal, informações contidas em publicações esparsas, preocupando-se, em simultâneo, em conceder “[...] noções geraes a respeito dos Dolmens, tambem para instrução dos leitores, que não puderem consultar as muitas obras, que nos paizes estrangeiros teem sido publicadas e este respeito.” (COSTA, 1868, p. VIII). Um desiderato que não seria totalmente despojado de interesse individual, pois, como o próprio enunciava, parte expressiva da obra dada, então, à estampa visava unicamente,

“*interessar no estudo d’estes monumentos os leitores, que são estranhos aos estudos geológicos e archeologicos, mas que sufficientemente illustrados possam com a sua leitura habilitar-se para conhecer a importância do objectos, e dar conhecimento de outros monumentos da mesma natureza, que conheçam, e de cuja existência não obtivemos noticia, ou para dar em fim mais amplo conhecimento d’aquelles que apenas pudemos indicar*” (COSTA, 1868, p. VIII. Nossos itálicos).

Tais palavras atestavam bem as condições em que se desenrolavam os estudos destes exemplares da presença ancestral no actual território português. Na ausência de uma política concertada e centralizada de preservação de testemunhos da antiguidade humana no âmbito das fronteiras contemporâneas do país, recorria-se a expedientes alternativos que possibilitassem o cumprimento, mesmo que parcial, de objectivos gerais e particulares conducentes ao conhecimento mais completo de realidades passadas. Perante a inoperacionalidade das raras e dispersas organizações particulares vocacionadas para a sua observância, compostas, o mais das vezes, por diletantes e curiosos e não, propriamente, por cultores diligentes, procurava-se estabelecer uma rede de contactos pessoais eleitos de entre individualidades literariamente mais preparadas e com suficiente ascendente temporal e espiritual sobre as gentes das localidades e regiões onde residiam. Aspirava-se recolher, deste modo, um conjunto informativo bastante para proceder a uma análise cônica dos materiais assinalados, dando, assim, expressão a um projecto que se pretendia abrangente, na medida em que contemplaria a perscrutação exaustiva do terreno, a localização precisa dos testemunhos arrolados, seu exame, divulgação e protecção. Para isso, urgia sensibilizá-las, por um lado, e instruí-las, por outro, para a observância de tal desiderato. Com efeito, F. A. Pereira da Costa dificilmente seria mais explícito ao enunciar os propósitos a moverem-no nesta empresa:

“Oxalá que este fraco começo *disperte nas pessoas* que se acharem em condições oportunas para ampliar os conhecimentos a este respeito, *o desejo de fazerem conhecidos a existencia, e o estado d’estes monumentos*, que apesar da devastação a que teem estado sujeitos, ainda abundam em algumas das nossas províncias, principalmente no Alemtejo e nas Beiras. Só depois de bem conhecida a distribuição d’estes monumentos no nosso paiz, é que *se poderá conhecer a marcha que n’elle executou o povo que os construiu*” (COSTA, 1868, p. VIII. Nossos itálicos).

Em todo o caso, F. A. Pereira da Costa declarava a razão primeira ou aquela que o induzira, presumivelmente, a levantar, de modo mais assertivo, os exemplares desta tipologia construídos em território na actualidade português, encontrando-se “Desejoso de dar ao congresso [Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-História de 1867] uma notícia sobre estes monumentos do nosso paiz [...]” (COSTA, 1868, p. VII). Tratando-se de uma reunião científica de indesmentível relevância para a época e, em concreto, para a afirmação da Antropologia Física e da Arqueologia Pré-histórica, F. A. Pereira da Costa entendeu necessário apresentar um trabalho que traduzisse, com relativa fidelidade, a realidade do terreno no respeitante ao megalitismo, então na agenda central dos estudos elaborados sobre a antiguidade mais remota do continente europeu. Estaria, no entanto, quase tudo por concretizar, razão pela qual empregou, na sua preparação, “[...] apenas treze dias, e fui ver e explorar as Antas, que ainda hoje se acham em melhor ou peor estado no concelho de Castello de Vide [...]” (COSTA, 1868, p. VII). Anotava, porém, o que, no seu entender, deveria ser realçado, até para determinar a (presumida) especificidade nacional neste âmbito, uma vez que, no seu juízo, aqueles exemplares corresponderiam “[...] á terceira idade da pedra e ao principio da idade do bronze, sendo por conseguinte anterior à idade do ferro (COSTA, 1868, p. 45), [sendo] raros na Celtica mais propriamente dita, e pelo contrario abundantes em paizes, que os celtas não occuparam” (COSTA, 1868, p. 56), coadunando, desta maneira, o seu discurso a uma linha de pensamento ainda dominante, à época, em determinados círculos quanto à celticidade de tais estruturas. Na verdade, F. A. Pereira da Costa alicerçou arqueologicamente a sua convicção, estribando-a em evidências materiais e na análise da sua distribuição geográfica, recorrendo, para tal, à bibliografia europeia editada até então sobre o assunto, mesmo que, nas suas palavras, fosse impossível “[...] refazer a historia dos seus constructores [...]” (COSTA, 1868, p. 55). E apesar de acolher três hipóteses para a sua emergência – a endógena (e simultânea), a difusionista e a migracionista –, admitia “[...] como mais provável que *os Dolmens foram a obra de um*

só povo, que executou, talvez no decurso de muitos séculos uma tão extensa *peregrinação* [...].” (COSTA, 1868, p. 57. Nossos itálicos), a partir do Báltico, mas originário do Cáucaso, e não de África, como advogavam autores coevos.

No tocante, ainda, ao congresso mencionado torna-se interessante constatar que, a poucos anos da realização da 9.<sup>a</sup> Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas (CIAAP), realizada em Lisboa, em ano (1880) particularmente evocativo de factos relevantes para a história nacional, o director da Biblioteca de Évora e arqueólogo conimbricense Augusto Filipe Simões (1835-1889) mencionasse algo que Manuel Domingues Heleno Júnior (1894-1970), segundo director do Museu Etnológico Português, procuraria demonstrar com o resultado das escavações conduzidas em centenas de monumentos funerários megalíticos reconhecidos na vastidão alentejana, mormente na região de Montemor-o-Novo, rasgando novas perspectivas sobre o assunto, mesmo que não tivesse dado à estampa a pluralidade de trabalhos efectuados. Em concreto, referimo-nos ao facto de defender, de par com a particularidade das placas de xisto gravadas, o sentido ascendente da propagação da realidade megalítica no actual território português, ou seja, de Sul para Norte:

“Ora os archeologos concordam em que não sómente *a architectura megalithica é mais perfeita no norte do que no sul*, mas, também mais bem acabados e de mais preço os objectos achados nos dolmens septentrionaes; e que portanto, *se houvesse de se attribuirem os dolmens a um povo emigrante, este povo deveria ter seguido do sul para o norte e não do norte para o sul*” (SIMÕES, 1878, p. 97-98. Nossos itálicos).

Palavras proferidas ao mesmo tempo que defendia uma origem não celta dos construtores de megálitos:

“As antas ou dolmens, bem como outros monumentos, rudemente fabricados de grandes pedras, eram ainda há pouco tempo attribuidos aos celtas. [...]. Porém *modernamente demonstrou-se por uma parte haver taes monumentos em paizes aonde os celtas não chegaram*, e por outra parte que, pertencendo estes já aos tempos historicos, aquelles, pelo contrario, estavam envolvidos nas trevas da pre-historia, não se sabendo ao certo quem, quando e por que os construiu” (SIMÕES, 1878, p. 97-98. p. 75. Nosso itálico).

Outros estudiosos portugueses se dedicaram a esta problemática, como Francisco Martins Sarmiento (1833-1899), ajustado às traves mestras da investigação então assumida nos principais círculos académicos europeus. No relatório expedicionário à Serra da Estrela, sob a égide da Sociedade de Geografia de Lisboa (SARMENTO, 1883), por exemplo, rapidamente divisamos todo um programa claramente dirigido para a análise de povoados fortificados de altura, que surgiriam associados aos *Monumentos Megalíticos*, considerados pelo seu relator, como as estruturas funerárias dos seus habitantes, com eles compondo uma unidade coetânea e coesa. Uma posição, em tudo, datada, em que os megálitos eram avaliados como artefactos, preferenciais de disputa territorial, tão úteis por aduzirem pressupostas características endógenas a determinadas agendas ideológicas do crepúsculo oitocentista, que os remetiam cronologicamente para além de qualquer crónica conhecida. Também por isso, se revelariam uma questão inseparável da ascendência dos próprios poderes liberais e das razões residentes na aparente comunhão do novo quadro vivencial europeu imposto pelos novos interesses, subjacentes ao incremento das investigações arqueológicas “nacionalistas”, na sua permanente demonstração da precedência temporal dos monumentos megalíticos relativamente a qualquer evidência emanada do Mediterrâneo oriental, onde pareciam congregar-se todos os principais mitos da aurora ocidental.

Não deixará de ser interessante que, no mesmo ano (1880) da expedição em causa, houvesse quem se referisse às *mamôas* reconhecidas na Beira enquanto sepulcros celtas, figurando as placas de xisto no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, como *commendas que usavam os celtas*. Era, contudo, uma situação algo anacrónica,



não apenas em termos de investigação europeia, onde as *cryptes mégalithiques* eram englobadas no entendimento genérico das *sépultures néolithiques*, como dos estudos entretanto encetados entre nós.

Esta assintonia não impediu, porém que, à semelhança do verificado além-fronteiras, nomeadamente em França, matriz, por excelência, da actuação portuguesa na área posteriormente denominada de patrimonial (no sentido cultural), o Governo procurasse dotar o país de um organismo votado, na totalidade, à inventariação, estudo, preservação e divulgação de construções ilustrativas do passado das comunidades viventes no seu actual território continental, para mais revestidas de valência histórica, artística e/ou arqueológica. Foi o que sucedeu neste mesmo ano de 1880, logo após o encerramento dos trabalhos da já mencionada (*vide supra*) 9.<sup>a</sup> sessão do CIAAP, ao solicitar aos membros da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses (RAACAP)*, uma lista daquelas que, mereceriam ser prioritariamente classificadas como monumentos nacionais, na esteira da qual se comporia a *Comissão dos Monumentos Nacionaes*.

Cumprida a missão superiormente requerida, a *RAACAP* entregou, em escassos meses, um relatório circunstanciado sobre o assunto, do qual constava uma sexta e última categoria patrimonial consagrada, na totalidade, a artefactos arqueológicos, contemplando, porém, expressiva maioria de exemplares megalíticos, até por se reportarem a uma temática ainda dominante na investigação europeia, perfazendo parte significativa dos testemunhos mais antigos sobreviventes em diversas regiões do país, quanto mais não fosse pela visibilidade que mantinha na própria paisagem onde se inseriam, conquanto diferente daquela que os acolhera na origem.

Mas este primeiro ensaio demonstrava algo mais, neste caso, referente à vida interna da própria *RAACAP*.

A celeridade da execução da tarefa que lhe fora atribuída pelo Governo derivava do acumular de informações recolhidas no terreno por alguns dos seus sócios efectivos e por muitos outros correspondentes, atempadamente seriada e avaliada pelos seus principais dirigentes. Ainda assim, o documento entregue ao respectivo gabinete ministerial espelhava as debilidades mais notórias da sua actuação, bem como uma certa realidade do próprio país. Com efeito, torna-se claro, pela sua leitura, quão refém se encontrava a *RAACAP* da geografia de origem e residência dos seus associados e da deficiente rede de meios e vias de comunicação existente no país, dificultando deslocações e a extensão e profundidade do processo de inventariação, por mais sumário que se apresentasse, apesar dos melhoramentos observados desde o lançamento das primeiras vias-férreas.

A todo este movimento de estudo de estruturas megalíticas, inserto, como verificámos, numa tendência bastante mais alargada, de contornos europeus, não foi indiferente o mentor e primeiro director do Museu Etnológico Português, José Leite de Vasconcelos (1858-1941), responsável por trecho assinalável da divulgação de inúmeros exemplares encontrados durante os múltiplos périplos que realizava pelo país. Escavando vários deles, quase sempre em colaboração, e publicando os respectivos resultados nas páginas de *O Archeologo Português*, J. Leite de Vasconcelos concorreu para a sua ampla divulgação, interiorizando a sua relevância para o conhecimento de um passado mais remoto dos seus recessos, ao mesmo tempo que engrandecia o acervo da instituição que dirigia com alguns dos seus artefactos distintivos, com realce para as placas de xisto.

Proliferavam, por conseguinte, não apenas escavações em monumentos megalíticos, como, sobretudo, acções tendentes a inventariá-los e a difundi-los, tanto quanto possível, junto de um público que se pretendia cada vez mais vasto e eclético, apesar da enorme taxa de analfabetismo do país, imprimindo-se, nomeadamente em revistas e jornais de maior circulação, gravuras de dólmenes arrolados em diferentes recantos nacionais. Tal como o verificado para lá das fronteiras administrativas do país, aumentava o número de reproduções fotográficas dos exemplares megalíticos listados, até por retratarem com maior fidelidade a realidade observada sem a subjectividade incontornável dos grafismos, num período dominado pela positividade científica e tecnológica, mesmo quando ainda se recorria à figura humana como escala (aproximada) de materialidades idas.

Neste panorama mais dilatado, não deixa de ser curioso que as actividades de uma das figuras mais influentes da Arqueologia nacional durante a vigência do *Estado Novo*, o sucessor de J. Leite de Vasconcelos à frente dos

designios da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do Museu de Belém, M. Heleno, parecessem contraditar uma certa convicção assumida entrementes quanto à ausência de intuítos ideológicos em certos projectos de investigação então apresentados. Ademais, M. Heleno dificilmente seria mais explícito sobre as suas intenções ao eleger a temática megalítica como uma das nucleares dos seus estudos académicos, quando assumiu na direcção do Museu de Belém, que ambicionava colocar ao serviço de um programa de raiz nacionalista:

“dotando o Museu também de extensas secções de estudo, que, pela sua ordenação científica e acentuação da personalidade das culturas pré-históricas e históricas portuguesas, venham a ser [...] uma escola de etnologia e de nacionalismo português” (HELENO, 1965, p. 5. Nosso itálico).

Entrevistado por um jornalista português, M. Heleno era peremptório ao convergir para o Neolítico a origem da nacionalidade portuguesa. Residira, aliás, e antes de mais, neste aspecto a razão do seu interesse pelo estudo do megalitismo. Adversando, como Mendes Corrêa (FABIÃO, 1996, p. 85), a posição de F. Martins Sarmiento quanto ao megalitismo funerário como expressão da primeira migração ariana no território actualmente português, M. Heleno chegou a considerar encontrarem-se, aí as raízes da vocação marítima portuguesa vertida mais tarde na gesta quinhentista, um tema particularmente apoiado com particularidade pela agenda política do *Estado Novo*, nomeadamente após a publicação do ‘Acto Colonial’, em 1930:

“a Nacionalidade Portuguesa [...] Precisamos de ir buscá-lo aos tempos da pedra polida. Julga essa cultura peninsular equivalente, nas devidas proporções, á que as nacionalidades espanhola e portuguesa exerceram mais tarde no tempo dos Descobrimientos e Conquistas” (Recorte de periódico, não identificado, integrado no espólio de M. Heleno à guarda do Museu Nacional de Arqueologia).

Mais. Conforme o seu predecessor, J. Leite de Vasconcelos, M. Heleno antagonizava um Portugal firmado apenas na medievalidade, defendido por uma linha historiográfica imposta por Alexandre Herculano (1810-1877), perfilhando, pelo contrário, a visão de um país com estirpe mais profunda. M. Heleno sintonizar-se-ia, mesmo, com quem, desde finais de oitocentos, buscava, na cultura material de hoje e de ontem, elementos determinantes da especificidade e da perpetuidade do povo português:

“na alma humana encontramos ainda muitos vestígios das antigas idades, porque os temos na nossa civilização e até na estrutura do nosso povo aparentado muito de perto, ao contrário do que pensava Herculano, com primitivos habitantes do nosso torrão nacional. (HELENO, 1930, p. 9)

Um assunto por demais debatido e veiculado em variadas publicações nacionais, chamando a atenção de quem não se encontrava directamente conectado aos estudos arqueológicos, embora substanciassem alguns dos seus posicionamentos, como é o caso do antropólogo António Jorge Dias (1907-1973). Com efeito, considerava sobremaneira os estudos megalíticos pelo facto de, nas suas palavras, importarem à afirmação da (pretendida) singularidade portuguesa e respectiva vocação expansionista (atlântica). Tal posição encontrava-se, aparentemente substanciada por abordagens recentes ao assunto vertidas em escritos espanhóis, advogando a anterioridade do megalitismo do território português relativamente aos exemplares localizados em solo espanhol e, até, nas Ilhas Britânicas, sublinhando:

“A cultura portuguesa tem carácter essencialmente expansivo, determinado em parte por uma situação geográfica que lhe conferiu a missão de estreitar laços entre os continentes e os homens. Este carácter

expansivo *tem raízes bem fundas no tempo, se quisermos lembrar a cultura dolménica*, que, segundo grandes autoridades teve como centro de difusão o litoral português nortenho” (DIAS, 1955, p. 10-11. Nossos itálicos).

Na verdade, também neste assunto M. Heleno abraçaria o pensamento do seu antecessor e orientador, J. Leite de Vasconcelos, no que dizia respeito à origem do homem português, da nação portuguesa, num momento bastante anterior à fundação do estado, numa conjuntura em que o casal de arqueólogos alemães Georg Leisner (1870-1957) e Vera Leisner (1885-1972) estudavam o megalitismo funerário em solo português, reavivando a atenção nacional em trabalhos publicados a partir dos anos 40. Uma existência estribada na própria pré-historicidade do nosso actual território, considerando, mesmo, a possibilidade de a sua génese derivar da denominada “cultura dolménica”, razão do empenho de Manuel Heleno em estudar o assunto:

“Para esclarecer o problema da *origem dos dólmens e da originalidade dessa cultura no nosso país* explorámos em 10 anos de incansáveis trabalhos mais de 300 desses sepulcros.” (HELENO, 1956, p. 11. Nosso itálico).

Na realidade, M. Heleno não se encontrava só nesta demanda. Outra influente personalidade da Arqueologia da época – talvez, mesmo, a sua mais poderosa individualidade –, Mendes Correia, considerava indispensável buscar nos testemunhos mais antigos da ocupação humana em Portugal continental os elementos necessários à justificação da nacionalidade. Mas também daqueles que legitimassem as suas fronteiras geográficas, culturais e psicológicas, de tudo aquilo que, no fundo, fundamentasse o ser, o estar e o fazer português, distinguível dos demais existentes em solo peninsular, excepção feita, talvez, à região galega, com a qual se pretendia manter uma osmose cultural, por um ideário geopolítico:

“Os seres vivos têm uma embriologia. *Uma Nação, ser vivo, tem uma ontogénese, indubitavelmente longa, complexa e obscura, mas real e necessária.* [...] O gérmen do povo português [...] é multimilenário, como multimilenário é o seio materno que o gerou e agasalhou, esta terra bendita e formosa de Portugal” (CORREIA, 1944, p. 32. Nosso itálico).

Verter-se-iam nestes dizeres parcelas de pensamentos finisseculares oitocentistas, quando o estudo dos monumentos megalíticos se envolvera num certo espírito nacional(ista), a julgar por estudos estribados numa vontade inelutável de comprovar a sua anterioridade aos erguidos em solo espanhol, após compará-los estruturalmente (MARTINS, 2003). Uma posição reiterada, aliás por A. F. Simões, para quem os exemplares identificados em território português “[...] são, pela maior parte, circulares ou ovaes, os segundos [da Andaluzia] quadrangulares e lageados com grandes pedras. É portanto provável que os dolmens da Andaluzia, menos imperfeitos que os de Portugal, sejam também menos antigos.” (SIMÕES, 1878, p. 83). Não eram somente os observados em termo espanhol que aparentavam ser mais recentes do que os registados no actual território nacional, pois os arrolados noutros países europeus, especialmente nas Ilhas Britânicas e na Escandinávia, apresentariam uma estruturação mais complexa e apurada, contrariando, assim, e de algum modo, a teoria prevalecente, ao tempo, no meio académico internacional, segundo a qual a deslocação, no continente europeu, dos construtores de megálitos ter-se-ia efectuado de Norte para Sul.

Discípula de M. Heleno, e não obstante as divergências evidenciadas *a posteriori*, as investigações conduzidas no Alentejo por Irisalva Nóbrega Moita (1926-2009) confirmariam, a partir de um pressuposto evolucionista linear, a existência de dois grupos centrais de construções dolménicas nesta região: o “primitivo” e o “evolucionado”.

Uma sequência formal que contraditaria a posição “orientalista”, à luz da qual se persistia em interpretar o megalitismo do território português como degenerescência, em resultado de um esforço (frustrado) na reprodução do tipo mais complexo originado no Oriente, ou seja, os *tholoi*. Aparte todo o tipo de reflexão decorrente deste pressuposto, esta situação exemplificava, conquanto tardiamente, quando cotejado a demais experiências europeias neste campo, a forma como o género feminino se entrosava, de modo paulatino, num campo científico dominado pelas esferas masculinas, talvez pela natureza do trabalho implícito (VICENTE, 1999, p. 565-571), privilegiando os próprios regimes totalitaristas a condução das especialistas na área para actividades museológicas (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 51-69; JORGE & JORGE, 1996, p. 156-167).

### 3. CONSIDERANDOS FINAIS

Podemos, é certo, questionar a razão (ou razões) pela qual o *Estado Novo* desatendeu o desenvolvimento da Arqueologia, em geral, e o estudo de determinadas tipologias arqueológicas, em particular, pelo menos quando confrontado com o esforço singular registado noutros regimes totalitários da Europa coeva. Com efeito, e para lá da figura de ‘Viriato’ (qual *Vercingetorix* lusitano), a agenda política de então centrar-se-ia na medievalidade, por ser para esse tempo que se remetiam as raízes da nacionalidade, reiterando-se, deste modo, a convicção de alguma intelectualidade portuguesa de oitocentos quanto à emergência da portugalidade apenas com a fundação do Reino, no século XII. Não haveria, por conseguinte, urgência em derrubar centros medievais para reinventar estruturas classizantes, provados porta-estandartes da ressurgência do antigo Império Romano, como sucedia amiúde noutras cidades europeias coetâneas, assim como não se lançava mão de estatuária olímpica para reafirmar o (pretendido) génio de antigas tribos germânicas. Portugal não careceria de aprofundar a estratigrafia – e não apenas do ponto de vista literal – da sua ancestralidade para reafirmar os seus termos geográficos, étnicos e culturais. Para isso, bastava renovar as evidências medievais que os afeioara e mantivera, como castelos e templos, símbolos maiores da união entre o poder temporal e o poder espiritual, revisitada e nutrida pelo *Estado Novo*. Não surpreende, pois, que, ao contrário do observado em terras alemãs e italianas, bem como em Espanha, onde os movimentos regionalistas e o centralismo madrileno motivavam o estudo aprofundado de diferentes passados, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais procurasse restabelecer edificações evocativas da fundação da nacionalidade, devolvendo-as, para o efeito, ao seu presumido traçado original, ignorando, quase por completo, as estruturas megalíticas, após um primeiro momento quando, em 1910, a 1.ª República as considerou, muito por força do trabalho conduzido até então pelos Sócios da Associação dos Arqueólogos Portugueses, assim como pelo empenho de J. Leite de Vasconcelos. Um posicionamento que não impedia, contudo, o cotejo atento de tipologias inscritas noutras categorias patrimoniais, beneficiando-se alguns dólmenes, conquanto talvez mais pela sua cristianização do que pelo seu significado primeiro.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORREIA, A. A. M. (1944) – *Gérmens e Cultura*, Porto: Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- COSTA, F. A. P. da (1868) – *Noções sobre o estado prehistorico da terra e do homem. Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.

- DIAS, J. (1955) – Os elementos fundamentais da cultura portuguesa. *Revista de Direito e de Estudos Sociais*. A. 8(2). Coimbra: Tipografia da Atlântida.
- DÍAZ-ANDREU, M. (2002) – *Historia de la Arqueología. Estudios*. Madrid: Ediciones Clásicas.
- FABIÃO, C. (1996) – Archaeology and nationalism: the Portuguese case. *Nationalism and archaeology in Europe*. In DÍAZ-ANDREU, M. & CHAMPION, T., eds. lts. London: University College of London, p. 90-107.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, p. 221-237.
- HELENO, M. (1925/1926) – Lição inaugural da cadeira de Arqueologia (ano lectivo de 1926-1927). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 27, p. 183-193.
- HELENO, M. (1962) – Bosch Gimpera. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 4, p. 309-311.
- HELENO, M. (1965) – Programa para a instalação do Museu Etnológico do D.or Leite de Vasconcelos na Cidade Universitária. *Ethnos*. Lisboa. 4, p. 63-74.
- HILL, R. (1996) – *Stonehenge*. London: Profile Books.
- JORGE, V. O. & JORGE, S. O. (1996) – Women in Portuguese Archaeology. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 36, p. 159-167.
- MARTINS, A. C. (2003) – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória. Um percurso na Arqueologia de oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, A. C. (2007) – «A Oeste nada de novo?». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 233-291.
- MOITA, I. N. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3, p. 135-136.
- SARMENTO, F. M. (1883) – *Expedição científica à Serra da Estrela em 1881. Relatório da Secção de Arqueologia*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- VICENTE, Ana (1999) – Situação das Mulheres. In *Dicionário de História de Portugal* (BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lts.), VIII. Porto: Livraria Figueirinhas.